

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA  
GABINETE DO PREFEITO**

LEI MUNICIPAL Nº 109/94

Institui a Contribuicao de Melhoria, para abertura, alargamento, pavimentacao e melhoramento de ruas, estradas e outras obras de interesse publico.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal de Sagrada Familia, FAÇO SABER, no uso das atribuicoes que me sao conferidas pelo artigo 79, item IV da Lei Organica vigente, que a Camara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - E instituida, no territorio do Municipio a CONTRIBUICAO DE MELHORIA, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º - A Contribuicao de Melhoria tem como fato gerador a execucao de Obra publica pelo Municipio, determinante de Melhoria ou beneficio a propriedade imovel.

Art. 3º - A Contribuicao de melhoria sera devida pela execucao das seguintes obras:

I - abertura, alargamento e melhoramento de ruas e estradas de rodagens;

II - construcao de pontes e bueiros em estradas de rodagem;

III - pavimentacao, capeamento e recapeamento asphaltico;

IV - outras obras de interesse publico.

Art. 4º - A contribuicao de Melhoria sera individualmente determinada pelo rateio do custo da obra entre os imoveis beneficiados na proporcao das areas territoriais de cada imovel individualizado.

Art. 5º - No custo da obra publica serao computados todas as despesas de estudos, projetos, fiscalizacao, desapropriacao, administracao, execucao e financiamento, inclusive premios de reembolso e outras de praxe em financiamentos e emprestimos e tera sua expressao monetaria atualizada na epoca do lancamento com base nos indices oficiais de inflacao estabelecidos para creditos tributarios.

Art. 6º - No custo total das obras o Municipio participara com o percentual de 30% ( trinta por cento) em servicos ou materiais, a titulo de contribuicao da zona indiretamente beneficiada.

## DO SUJEITO PASSIVO

Art. 7º - Considera-se sujeito passivo da obrigação tributaria o proprietario ou o titular do dominio util do imovel beneficiado ao tempo do lancamento do tributo, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes e sucessores a qualquer titulo.

## DO LANCAMENTO E ARRECADACAO

Art. 8º - Para a cobrança da Contribuicao de Melhoria a Administracao publicara edital contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - relacao de imoveis beneficiados e suas areas;

II - resumo do material descritivo do projeto;

III - orcamento do custo total da obra;

IV - parcela da contribuicao de melhoria referente a cada imovel beneficiado;

V - prazo de 30 (trinta) dias para impugnacao de quaisquer elementos constantes do edital.

Art. 9º - Concluida a obra, podera a administracao proceder o lancamento relativo aos imoveis arrolados no edital.

Art. 10º - O orgao encarregado do lancamento devera escriturar em registro proprio, o valor da Contribuicao de Melhoria correspondente a cada imovel, notificando o contribuinte, diretamente ou por edital, do:

I - valor da contribuicao de melhoria lancado;

II - prazo para pagamento, numero de parcelas se for o caso, vencimento e acrescimos incidentes;

III - local do pagamento;

IV - prazo de 30 (trinta) dias para impugnacao;

Art. 11º - No prazo da impugnacao o contribuinte podera reclamar sobre:

I - erro na localizacao e na area do imovel;

II - valor da parcela da contribuicao de melhoria;

III - numero de prestacoes;

IV - outras situacoes.

Art. 12º - A Contribuicao de Melhoria, podera ser paga de uma so vez ou em parcelas mensais, iguais e consecutivas, e, nesta hipotese, acrecidas de juros e correcao monetaria com base nos coeficientes estabelecidos para os creditos tributarios.


Art. 13º - O atraso no pagamento da Contribuicao de Melhoria em relacao as datas de vencimentos fixados no lancamento, para recolhimento de uma so vez ou em


parcelas, sujeitara o contribuinte, alem da incidencia da correcao monetaria e juros de 1% (um por cento) ao mes, tambem a multa moratoria de 10% (dez por cento) ate 30 (trinta) dias apos o vencimento e 15% (quinze por cento) apos 30(trinta) dias apos seu vencimento.

Art. 14º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicacao, revogadas as disposicoes em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA, em 09 de dezembro de 1.994.

Registre-se e Publique-se

  
JOSE ALDORI DE LIMA  
Sec. Mun. da Administracao

  
JUVENIL MAFALDA SANTOS  
Prefeito Municipal